



INSPECÇÃO DO TRABALHO

Empresas ainda devem nove milhões de euros em salários relativos a 2009

Miguel Baltazar



Tendência | O inspector-geral do Trabalho, Paulo Morgado de Carvalho, garante que "não se verifica um aumento" do número de encerramentos ilícitos de empresas.

RESULTADOS DA INSPECÇÃO

-4%

2008	2009
120	115

ACIDENTES MORTAIS

O número tem vindo a cair desde 2007, mas a ACT admite que lhe possam escapar algumas situações. 16 eram estrangeiros

+2%

2008	2009
5.523	5.631

REGULARIZAÇÃO

A acção da ACT levou à regularização de 5.631 trabalhadores em situação contratual irregular. 940 não estavam sequer declarados

+92%

2008	2009
59	113

PARTICIPAÇÕES CRIME

O número de participações ao Ministério Público quase duplicou. Cerca de metade dos casos dizem respeito a encerramentos ilícitos.

+2%

2008	2009
18,4 milhões	18,8 milhões

COIMAS APLICADAS

Os valores dizem respeito ao montante mínimo. O valor efectivamente arrecadado caiu de 15 milhões de euros para 10,7 milhões de euros

Foram apurados 15,4 milhões de euros em dívida a mais de 12 mil trabalhadores

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) recuperou pouco mais de seis milhões de um total de 15,4 milhões de euros em dívidas salariais detectadas no ano passado, relativas a mais de 12 mil trabalhadores.

Os dados foram facultados ao Negócios pelo Inspector-Geral do Trabalho, depois da ACT ter divulgado que o montante detectado subiu 37% face ao ano anterior. Evolução idêntica (38%) teve o número de trabalhadores prejudicados por salários em atraso, pagamento abaixo do que prevêem as convenções colectivas ou má classificação na categoria profissional. A estas situações estão associadas dívidas à Segurança Social no valor de 4,3 milhões de euros.

Paulo Morgado de Carvalho sublinha que o restante montante em dívida salarial - 9.933 milhões de euros - pode ainda ser recuperado. "Há empresas que preferem pagar mais tarde, e alguns casos seguem para execução forçada", afirma. Quando as empresas não pagam vo-

luntariamente à ACT, resta aos trabalhadores esperar que o pagamento seja feito em tribunal ou que sejam executadas penhoras. O Fundo de Garantia Salarial só pode ajudar nos casos de insolvência.

A entidade responsável pela fiscalização do cumprimento das leis do trabalho tem cada vez menos inspectores no terreno (ver caixa) num período em que as empresas enfrentam evidentes dificuldades económicas. Os dados ontem apresentados apontam, ainda assim, para uma subida expressiva (58%) dos locais de trabalho visitados.

O ano ficou marcado pela acção "reactiva" da ACT aos casos de encerramentos de empresas e pela subida muito acentuada (92%) de participações crime. Das 113 comunicações feitas ao Ministério Público, 53 dizem respeito ao encerramento ilícito de empresas, no âmbito do acompanhamento de mais de 1.600 companhias em particular dificuldade. "Tenho conhecimento de duas acusações, não tenho conhecimento de mais", referiu ontem o Inspector-geral.

Os dados facultados ao Negócios revelam maior dificuldade na co-

brança efectiva de multas. Num ano em que o valor mínimo das coimas praticamente estabilizou (nos 18,7 milhões de euros), o valor efectivamente arrecadado desceu de 15 milhões de euros para 10,7 milhões de euros.

O controlo sobre 160 mil trabalhadores resultou ainda na regularização de 5.631 empregados em situações contratuais irregulares, 940 dos quais em situações de trabalho não declarado.

Este ano, a ACT pretende controlar 43 mil empresas (mais 3 mil do que no ano passado), com destaque para o sector da construção e para situações de "lay-off".

Indústria e transportes registam mais acidentes mortais.

Os acidentes mortais detectados pela ACT caíram para 115 casos em 2009. Apesar disso, regista-se um ligeiro aumento anual nos sectores da indústria transformadora e nos transportes e armazenagem. Paulo Morgado de Carvalho admite, no entanto, que podem não estar identificadas todas as situações. Acidentes no regresso a casa ou no estrangeiro escapam ao registo da ACT.

Há cada vez menos inspectores no terreno

Num período de evidentes dificuldades económicas, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) continua a perder inspectores. Em 2007, tinha 282 inspectores no terreno, mas com as progressivas passagens à reforma o número caiu para 267 em 2008 e 253 no ano passado, revelam dados ontem divulgados. E deverá continuar a cair até Maio, altura em que os 150 novos inspectores estagiários assumem plenamente funções. Estão ainda abertos concursos para a admissão de 190 técnicos superiores e administrativos. No caso da segurança e saúde, os concursos "vão tirar a corda da garganta, mas não tiram a corda", refere Luís Lopes, responsável por aquela área.